

Delegados questionam acareação

João Carlos Henriques
Especial para o **Correio**

Acareação realizada ontem no Conselho de Ética do Senado entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges foi mal conduzida. A avaliação é de dois especialistas em acareações: os delegados de polícia Eneida Orbage de Britto Taquary, titular da Delegacia de Falsificações e Defraudações, e Haendel Silva Fonseca, da Corregedoria Geral de Polícia do DF. Para eles, se fosse um inquérito policial, os três suspeitos seriam indiciados pelo menos em crime de violação de sigilo funcional, cuja pena é a de detenção de seis meses a dois anos.

Convidados pelo **Correio Braziliense** para analisar a acareação, os dois delegados foram categóricos em criticar a atuação do presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS) e do relator Saturnino Braga (PSB-RJ). “As perguntas foram mal formuladas e a própria disposição física dos três foi errada. Deveriam estar frente a frente. A acareação foi conduzida com total falta de técnica, com perguntas longas e pouco objetivas”, destacou Haendel Fonseca, explicando que o presidente e o relator deveriam ter levantado os pontos de divergência e feito as mesmas perguntas aos três.

Uma acareação deve, segundo Eneida Taquary, ter três pontos fundamentais. Primeiro perguntar se os suspeitos confirmam as declarações anteriores. Segundo, levantar todos os pontos de controvérsia. Terceiro, inquirir os suspeitos, que devem ser colocados frente a frente e, em caso de serem três, em posição triangular. Por exemplo: “Você mandou violar o painel?”. Ouvir os outros e observar as reações de todos.

CLAREAR DIVERGÊNCIAS

Durante a acareação, em frente a TV, os delegados fizeram anotações e comentários críticos. “Isso não é acareação. Eles estão reinquerindo os três”, disparou Haendel. “Se fosse numa delegacia jamais seria assim”, comentou Eneida, explicando que uma acareação tem que ser “estressante e não com tanta rasgação de seda como eles estão fazendo”.

Eneida disse que a acareação é um meio de prova para se chegar a autoria do crime. Como existem divergências nos depoimen-

tos anteriores, afirmou a delegada, haveria necessidade de colocar os três em confronto para se clarear essas divergências. “Tecnicamente esse procedimento ficou prejudicado, pois não houve esse confronto e faltou objetividade nas colocações”, avaliou. “Outra coisa, eles não estavam ali para apresentar defesa e sim para esclarecer. Acareação não é o momento para defesa. Esse momento já passou”, explicou. “Mas se fosse um inquérito, os três já estariam indiciados”, sentenciou Eneida, com a concordância do colega. “Existem elementos suficientes para indiciamento não somente do ACM, do Arruda e da Regina, como também dos técnicos que ajudaram na violação do painel”, complementou Haendel.

EXPERIÊNCIA

Os delegados apontaram também as contradições dos três. Sobre Regina, disseram que ela é funcionária antiga e não uma servidora em estágio probatório, portanto é inadmissível, na opinião de Haendel e Eneida, que ela tenha dito que sentiu-se coagida. “Qualquer funcionário do status dela teria condição de dizer não, mesmo para o Arruda e para o ACM”, concluiu Eneida.

O ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães errou por ação ou por omissão. “Se pediu a lista, errou; se não pediu, mas a recebeu e ainda elogiou a Regina, também errou”, sentenciou a delegada. Ela explica que omissão também é crime. “Se vejo um policial torturando um preso e não faço nada estou também cometendo o crime de tortura”, comparou.

Ainda sobre o senador baiano, os delegados entendem que ele se contradisse quando disse que não sabia se o conteúdo da lista era ou não autêntico. “Como não sabia se depois ligou para a Regina, disse que ela ficasse tranquila e a elogiou”, questionou Haendel.

Arruda, segundo os delegados, foi talvez o mais inverossímil. Ao manter a declaração de que havia feito apenas uma consulta o senador não conseguiu convencer ninguém, na avaliação dos delegados. “Uma funcionária com a experiência da Regina Borges jamais violaria o painel durante a noite apenas para responder a uma consulta de um senador, mesmo que ele seja o líder do governo e esteja falando em nome do presidente do Congresso”, destacou Eneida.